

**CEDI**

## Povos Indígenas no Brasil

Fonte: A Círculo

Class.: 037

Data: 17.08.88

Pg.: \_\_\_\_\_

### Trabalho escravagista na Amazônia

**BELÉM** — O ministro do Tribunal Superior do Trabalho, Orlando Teixeira Costa, disse ontem em Belém, durante o I Congresso Panamericano de Direito do Trabalho, que as formas de relação de trabalho existentes na Amazônia em muitas áreas são primitivas, injustas e até semiescravagistas. Orlando Costa falou especialmente sobre a

exploração da mão-de-obra indígena, principalmente para o trabalho como "peões" nas fazendas, num sistema em que o índio recebe muito pouco e está sempre em dívida com o patrão, impedindo-o de deixar a fazenda. Ele defendeu a necessidade de reformulação no estatuto do índio.

### Reunião para garantir a paz na área ticuna

Foi realizado uma reunião entre a Funai, líderes indígenas, o promotor público dr. Publio e o chefe da Polícia Federal, delegado Assis, com o objetivo de garantir a segurança da área onde ocorreu o massacre do dia 28 de março, que deixou 14 índios Ticunas mortos.

Os líderes indígenas se comprometeram de que não mais haverá revide por parte dos Ticunas, mesmos que os posseiros agora presos respondam o processo em liberdade. O medo de que atos de vingança e retaliação causassem novos conflitos foi abandonado diante da boa receptividade dos índios.

Como foi definida a competência da Justiça Comum, cabe ao Juiz da Comarca mais próxima — no caso, o juiz Venceslau Querós, de Benjamin Constant — decidir se entenderá o pedido da defesa para que seja restituída a liberdade aos acusados. Seja qual for a decisão do Judiciário, a reunião contribuiu para conscientizar os índios e para garantir que a instrução do processo decorra tranqüila e normalmente.

Foi também anunciada a possibilidade de implantação de um posto policial, na área do conflito, e de reforço no posto já existente em Teresina.

**Antecedentes** — A terra dos Ticunas é separada da terra dos posseiros pelo igarapé do Capacete. A Funai não permite a exploração das terras in-

dígenas por terceiros, embora isso nem sempre seja cumprido, ocorrendo corte de madeira, caça e pesca comercial, ilegais. O uso de malhadeiras pelos posseiros para pesca no igarapé do Capacete resultava em freqüentes choques com Ticunas. Estes queriam que a pesca fosse somente para a alimentação e cortavam as malhadeiras dos posseiros.

Duas semanas antes do massacre, um grupo de Ticunas veio à Funai, em Tabatinga, exigir uma demarcação mais rápida das terras.

No dia 28 de março, pela manhã, os capitães das comunidades S. Leopoldo e de Porto Novo Lima se encontravam na Funai, em Benjamin Constant, para apurar o sumiço de um boi dos Ticunas. Na mesma ocasião ocorria o massacre de 14 índios Ticunas. Até agora somente 4 corpos foram encontrados. Os índios afirmaram que estavam pacificamente preparando um refresco de açaí, na casa de um outro índio morador do lado dos posseiros. Eles aguardavam notícias sobre o boi desaparecido. Já os posseiros afirmaram que atiraram em defesa própria. Inicialmente a Funai pediu à Procuradoria Geral da República para enquadrar os acusados em genocídio. O pedido foi negado e os acusados enquadrados em homicídio qualificado. Eles continuam presos na DRF de Tabatinga.